

Entrando-se de seguida da discussão do ponto 5 da ordem de trabalhos, foi igualmente, deliberado por unanimidade, a nomeação para o cargo de vogal ROC suplente do conselho de administração até ao final do triénio em curso, a sociedade Deloitte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., inscrita na Ordem de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 43, com sede no Edifício Atrium Saldanha, 1, 6.º, Lisboa, pessoa colectiva n.º 501776311, com o capital social de 500 000 euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o n.º 11 743, representada pelo Dr. Luís Augusto Gonçalves Magalhães, que também usa, Luís Magalhães, casado, revisor oficial de contas n.º 550, com domicílio na morada acima referida.

Por nada mais haver a deliberar, o presidente da mesa procedeu ao encerramento da sessão pelas 13 horas e 30 minutos, tendo sido arquivada toda a documentação, designadamente, a lista de presenças, bem como as cartas de representação dos accionistas que se fizeram representar nesta assembleia, tendo sido lavrada e aprovada a presente acta, que vai devidamente assinada pelo presidente da mesa e pela secretária.

(Sem assinaturas.)

2007296225

COMPTA — EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, S. A.

Relatório n.º 13-T/2007

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (4.ª Secção). Matrícula n.º 44 553; identificação de pessoa colectiva n.º 500069901; data da apresentação: 28 de Junho de 2002.

Oswaldo Adérito Almeida Brazão Carvalho, segundo-ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (4.ª secção):

Certifica, que foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas consolidadas, relativo ao exercício do ano de 2001.

Está conforme o original.

21 de Fevereiro de 2005. — O Segundo-Ajudante, *Oswaldo Adérito Almeida Brazão Carvalho*.

Relatório e contas de 2001

Informação geral sobre a actividade da COMPTA e restantes empresas englobadas na consolidação no exercício de 2001

No cumprimento do normativo em vigor, o conselho de administração da COMPTA — Equipamentos e Serviços de Informática, S. A., vem prestar informação sobre a actividade da empresa, bem como das restantes sociedades englobadas na consolidação de contas, em relação ao exercício de 2001.

Em relação ao grupo de empresas objecto da consolidação de contas, os factos mais relevantes ocorridos no exercício em apreço podem sintetizar-se nos seguintes números (em euros):

Investimentos e desinvestimentos:

Imobilizado incorpóreo	1 646 813
Imobilizado corpóreo	7 861 369
Imobilizado financeiro	5 938

Operações financ. (acréscimo líq. no período):

Crédito bancário de curto prazo	2 752 430
Crédito bancário de médio e longo prazos	(1 745 793)

Volume de negócios

46 733 669

Custos mais significativos:

Custos com o pessoal	18 850 191
Amortizações	3 874 189

Resultados financeiros

(1 675 013)

Valor global das provisões para créditos de cobrança duvidosa

391 762

543 pessoas ao serviço no final do período.

Relatório do conselho de administração

De seguida é apresentada uma análise mais detalhada do que foi a actividade de cada uma das sociedades englobadas na consolidação.

1 — COMPTA — Equipamentos e Serviços de Informática, S. A.

1.1 — Actividade comercial

A COMPTA desenvolve a sua actividade fundamentalmente em duas áreas — oferta de soluções integradas para as áreas das telecomunicações e de sistemas de informação para as médias e grandes empresas (a sua actividade tradicional) e na prestação de serviços quer no campo das telecomunicações quer das tecnologias de informação.

O exercício de 2001 caracterizou-se por um acentuado abrandamento da procura o que afectou significativamente as empresas portuguesas prestadoras de serviços de consultoria em tecnologias de informação. Também no que à área das telecomunicações diz respeito o panorama não foi mais risonho. Os investimentos necessários à exploração dos UMTS não tiveram ainda início e, conseqüentemente, não mostraram na actividade da COMPTA o impacto esperado. O adiamento de decisões na concretização de investimentos e na adjudicação de contratos são sintomas claros desta situação.

Assim, o ano de 2001 foi para a COMPTA um período de retracção em termos de volume de negócios. Contudo, um modelo de negócio suficientemente diversificado, solidamente sustentado numa base instalada de apreciável dimensão permitiram enfrentar com firmeza este período de crise acentuada que se traduziu numa notória quebra da procura.

Os condicionalismos de funcionamento do mercado, consequência de condições de concorrência crescente que decorrem da globalização, agravaram-se, o que justifica plenamente a aposta da COMPTA no sentido de reforçar a sua actuação na zona de prestação de serviços. Não fossem as condições adversas da conjuntura e o desaparecimento de um negócio com algum significado (decorrente da aquisição da Tandem pela Compaq e o resultado ter-se-ia exposto numa maneira muito mais visível.

O volume de negócios foi de 31 milhões de euros, cerca de 33% abaixo do valor alcançado no exercício anterior. Pelo lado dos produtos as vendas ascenderam a 19 milhões de euros (— 42% do que em 2000) e na área da prestação de serviços encontra-se uma contribuição de 12 milhões de euros, valor um pouco inferior ao alcançado em 2000.

1.2 — Estratégia

Atenta aos últimos desenvolvimentos e tendências do mercado, caracterizado por um sentido recessivo da economia mundial, ao *flop* do fenómeno da nova economia, incipiente nível de investimentos em TI por parte da administração pública e adiamento da entrada em funcionamento do UMTS e fraco nível de investimento por parte dos sobreviventes operadores de telecomunicações, pela globalização dos mercados e pela concentração económica e pela crescente desintermediação, a COMPTA continuou a reforçar as medidas destinadas a melhorar a sua competitividade nas áreas em que actua.

A COMPTA oferece ao mercado um vasto leque de soluções e serviços abrangendo as áreas das redes multiserviço ATM, Frame Relay e TCP/IP, redes locais e a sua interligação, gestão e operação de redes e de sistemas, voz sobre DSL (VoDSL), transmissão de vídeo sobre redes 2.5 e 3G, equipamento para teste de redes, *contact centers*, sistemas de resposta interactiva por voz (IVR), controlo de custos de comunicações, *data mining* e *data warehousing*, *help desk*, gestão de conteúdo, arquivo e *workflow*, Enterprise Application Integration (EAI), segurança de redes e de sistemas de informação, apresentação e pagamento electrónico de documentos (EBPP), vídeo comunicações, etc.

A oferta da COMPTA desenvolve-se não apenas através da sua actividade comercial junto dos utilizadores finais de tecnologia mas também através duma actividade indirecta, em parceria com operadores de telecomunicações, consultores e grandes fabricantes internacionais. Neste sentido, tem apostado na celebração e consolidação de parcerias com entidades de reconhecida notoriedade, nomeadamente as que celebrou, e oportunamente publicitou, com a Sun Microsystems, Emblaze, Checkfree, etc.

Nas soluções que disponibiliza no mercado, a COMPTA inclui produtos de alguns dos principais *leaders* mundiais no mercado das tecnologias de informação, com os quais mantém um relacionamento privilegiado, destacando-se entre eles, Allot Communications, Altitude Software, Angoss, Checkfree, Cirpack, Cisco Systems, DataPulse CTI, Emblaze, Filenet Corporation, Genesys Labs, Goldmine, HP, Inter-

voice/Brite, ISS, Mercom, Microsoft, MTS, Multitech, Newbridge Networks, Nokia, Nortel Networks, Oracle, Peregrine, Seebeyond, Sun, Trend Communications, Vanguard MS, etc.

Em 2001 concretizou-se o lançamento duma sociedade vocacionada para o B2B e B2C — a Compta B2B — Tecnologias de Informação, S. A., em cujo capital social, de 250 000 euros, a Compta tem uma participação de 68%.

A Compta B2B foi criada com o objectivo de complementar a oferta do grupo nas tecnologias e soluções de *e-business*, prestando serviços globais aos seus clientes.

A empresa desenvolve e implementa soluções integradas abrangendo as áreas de Web-Consulting, Tecnologia e Desenvolvimento, Design Consulting e NetMarketing, em iniciativas de B2B, B2C e B2E, tendo competências específicas para a instalação em diferentes plataformas Internet, Intranet, Extranet, TVDi e Cliente Servidor.

1.3 — Análise económica e financeira

No exercício de 2001 não foi possível alcançar os objectivos programados em termos de volume de negócios.

Na área de comercialização de produtos e estudo de soluções integradas, manteve-se a política que tem sido timbre da empresa, isto é, inovação, qualidade, imaginação na concepção e segurança das soluções e eficácia na prestação de serviços. Reforçou-se o esforço de penetração no mercado dos serviços, como consequência, a área dos serviços aumenta a sua posição relativa no volume de negócios da empresa.

No âmbito da reorganização da Compta em 2001, face às novas variáveis do mercado, a empresa envolveu os seus recursos na definição de missão, estratégia e objectivos de curto e médio prazo. Trabalhou sobre a estrutura, os processos e métodos bem como no desenvolvimento de novas parcerias e produtos. Este trabalho não afectou a actividade de 2001 e os benefícios esperados só se repercutirão nos próximos exercícios. Neste contexto estima-se em cerca de 2,3 milhões de euros o valor do esforço desenvolvido e de custos suportados que não contribuíram para o negócio de 2001.

A área de comercialização dos produtos tem vindo a caracterizar-se por apresentar custos crescentes e margens brutas decrescentes, a exigir esforço adicional para a realização de maiores volumes de negócios, pois só a dimensão constituirá a resposta mais eficaz nas actuais circunstâncias de concorrência. Contudo, devido a uma recomposição da sua carteira de produtos a Compta logrou melhorar significativamente a sua margem média de comercialização que passou de 17% em 2000 para 22% no exercício em apreço.

Quanto à área da prestação de serviços continua a realizar-se investimentos de monta, fundamentalmente na formação e admissão de colaboradores, em ordem à melhoria da qualidade de serviços, a aconselhar capitalização dos custos cujos efeitos esperados se projectam nos exercícios futuros.

O resultado do exercício, antes de impostos, foi de 255 000 euros. Depois de impostos o resultado registado em 2001 foi de 81 000 euros.

O *cash-flow* gerado no período foi de cerca de 3,6 milhões de euros.

1.4 — Investimentos e desinvestimentos

No exercício foram realizados investimentos num valor muito significativo, nomeadamente na área operacional em R&D, formação de pessoal, pesquisa de novos produtos e mercados, equipamentos para reposição e aluguer e, com impacto muito significativo o decorrente da aquisição das novas instalações onde se encontram a funcionar os serviços da empresa em Lisboa desde Julho de 2001. Capitalizou-se em immobilizações incorpóreas e em curso os montantes de 70 809 euros e 2,9 milhões de euros, respectivamente, relativos a projectos internos de desenvolvimento, projectos estes que só no futuro gerarão proveitos. Estes, projectos englobam recursos de pessoal, fornecimentos e serviços externos e outros. O crescimento da actividade verificado nos anos anteriores tinha obrigado à dispersão, dos serviços por vários locais na cidade de Lisboa, com a natural perda de operacionalidade. Assim, impôs-se e considera-se acertada a decisão de investir em instalações onde foi possível concentrar a actividade e desenvolvê-la em melhores condições.

No exercício de 2001 foi constituída a sociedade Compta B2B — Tecnologias de Informação, S. A., a que se alude no ponto 1.2.

No mesmo período, os desinvestimentos atingiram 33 000 euros, originados em abates ao immobilizado corpóreo, de bens alienados ou julgados obsoletos. Procedeu-se ao abate dos activos incorpóreos registados em anos anteriores a 1997.

As amortizações contabilizadas como custo ascenderam a 3,4 milhões de euros.

1.5 — Operações financeiras

Neste período foram realizadas as operações financeiras necessárias ao suporte da normal evolução do passivo de funcionamento afecto aos activos circulantes e, ainda, a operação de locação financeira do imóvel já acima referido.

1.6 — Outros elementos

O quadro de colaboradores regista uma evolução com algum significado, em consonância com a evolução da própria actividade. Em termos médios anuais era de 219 colaboradores, contra 266 no início do período.

No decurso do exercício, a sociedade redenominou o seu capital para euros, tendo previamente procedido a um aumento, no montante de 3 614 999\$, por incorporação de reservas. Após estas operações o capital da empresa, no montante de 7 500 000 euros, ficou consubstanciado em 1 500 000 acções ao portador, com o valor nominal de cinco euros cada, todas elas admitidas à cotação no Mercado de Cotações Oficiais da Bolsa de Valores de Lisboa.

Em 31 de Dezembro, a sociedade detinha em carteira acções próprias, cujo valor de aquisição se encontra abatido aos capitais próprios no balanço.

Não se registaram situações significativas de cobrança duvidosa e a sociedade não tem dívidas em mora ao estado ou a qualquer outro ente público.

1.7 — Perspectivas

Espera-se que se continue a acentuar no próximo ano o crescimento da actividade na área dos serviços e perspectiva-se uma recuperação do crescimento em termos do volume de negócios na área dos produtos. Admite-se alguma melhoria do nível das margens médias de comercialização.

1.8 — Práticas do governo societário

Em separado é apresentado um relatório sobre o assunto em epígrafe.

2 — E-Tempus, SGPS, S. A.

A E-Tempus, SGPS, S. A., acompanhou o desenvolvimento da actividade das participadas e nos casos em que se mostrou necessário e ou aconselhável, dotou-as com os recursos financeiros considerados adequados, continuando a apoiar a gestão quando necessário.

Relativamente ao exercício de 2001 e no que diz respeito à carteira de participações há a referir:

O reforço da posição accionista no capital da RHmais, a qual passou a ser de 66,96%;

A participação num aumento de capital da sociedade Vallstein — Consultadoria Financeira, L.^{da}, no qual ficou a deter 33,3%.

A empresa apresenta uma sólida situação financeira, traduzida num rácio de autonomia de 96,9% obtido a partir de capitais próprios de 8,5 milhões de euros e dum activo líquido de 8,7 milhões de euros, o que lhe permitirá continuar a sustentar a estratégia de desenvolvimento dos projectos já lançados.

3 — Compris — Companhia Portuguesa de Capital de Risco, S. A.

A Compris mantém-se activa no apoio ao desenvolvimento de projectos em cuja concepção e arranque participou. Dentro desta orientação, acompanhou, incentivou e apoiou o crescimento das empresas em cujo capital participa; disponibilizou meios financeiros acrescidos, através de prestações suplementares de capital em participadas, prestações estas que sempre que apropriado transformará em capital.

No exercício em apreço a Compris decidiu participar em aumentos de capital das sociedades Imotron — Edifícios Inteligentes, S. A. e Mobitel — Serviços de Telecomunicações Complementares Móveis, S. A., ficando a deter posições, respectivamente, 72,46% e 100% nos capitais daquelas sociedades. Com o primeiro destes investimentos pretendeu-se dar incentivo à actividade da empresa e com o segundo deu-se resposta à exigência de capital mínimo para sociedades anónimas, alterada com a introdução do euro.

Ainda no exercício tomou-se uma posição na sociedade Think — Tecnologias de Informação, representando 33,3% do seu capital. Esta

posição foi tomada num aumento de capital da sociedade, através do qual se procura dar resposta às necessidades de desenvolvimento da actividade e prosseguimento de vários projectos em curso, nomeadamente Integrador B2Navision/e Armada (produto para gestão de armazéns), todos eles com características de interesse para o mercado das pequenas e médias empresas.

Durante o exercício foi alienada a totalidade da participação na SE&O — Serviços a Empresas e Organizações, S. A. e parte das participações na RHmais — Organização e Gestão de Recursos Humanos, S. A. (— 26,83%) e Data Bolsa — Bases de Dados e Telecomunicações, S. A. (— 40%).

Também em 2001 foi concretizada a liquidação do fundo fechado BNP/RCS Atlantic Fund no qual a Comptris detinha uma participação de 1 000 000 de dólares.

A situação económica e financeira da empresa reflecte, naturalmente, a natureza dos investimentos realizados, na sua maioria em projectos que, pelas suas características, perspectivam um retorno dos capitais investidos apenas no médio prazo. Os capitais próprios da empresa eram, em 31 de Dezembro último, de 6,2 milhões de euros e cobriam em mais de 95% o activo líquido.

4 — Comptrading — Companhia de Comércio à Serviços, S. A.

Relativamente ao período em apreço o nível de vendas, no que diz respeito ao mercado interno, manteve-se semelhante ao atingido em igual período do ano anterior. No sentido de tentar alterar esta tendência procedeu-se ao lançamento de duas novas linhas de produtos, nas áreas, das comunicações e da publicidade e informação.

No que ao mercado externo diz respeito, não houve até esta data qualquer alteração, por se manterem suspensos os financiamentos, nomeadamente a Angola, tanto por parte de Portugal como de Espanha. Face aos recentes desenvolvimentos na situação em Angola é de admitir o reatamento das negociações para o restabelecimento de apoios internacionais nos quais se incluem as linhas de crédito, evolução que nos permitiria desbloquear alguns negócios pendentes. As vendas e prestações de serviços atingiram os 343 000 euros.

5 — RHmais — Organização e Gestão de Recursos Humanos, S. A.

No exercício de 2001 a RHmais manteve a sua estratégia de desenvolvimento no sector da consultoria nas áreas da gestão de recursos humanos e desenvolvimento empresarial.

Merece especial destaque a consolidação do projecto de prestação de serviços em *outsourcing* do S.A.C. da Vodafone, envolvendo cerca de 500 colaboradores distribuídos pelos *call center* de Lisboa e Porto.

Pela importância e impacto no desenvolvimento estratégico da empresa é de realçar a certificação do sistema de gestão da qualidade conferido pela APCER. O âmbito, da certificação abrange serviços de consultoria e formação nas áreas de recursos humanos, sistemas de gestão, auditoria a fundos comunitários, implementação de sistemas da qualidade e gestão operacional de serviços de assistência a clientes.

A RHmais foi distinguida com o primeiro APCRI 2001, atribuído pela Associação Portuguesa de Capital de Risco, como reconhecimento do seu Superior Desempenho Empresarial prémio este igualmente atribuído à associada Multitempo.

O volume global de negócios atingiu 8,8 milhões de euros, correspondendo a um significativo acréscimo de 63% face ao registado no exercício anterior.

É de realçar o valor da carteira de encomendas em 31 de Dezembro, o qual atingia o expressivo valor de 10,5 milhões de euros.

O balanço expressa as condições de solvabilidade e liquidez em que se encontra a empresa.

A estrutura financeira mantém-se equilibrada, nomeadamente no seu *ratio* de solvabilidade, o qual excede o valor médio encontrado para as empresas do sector.

A empresa tem a sua situação regularizada e sem moras perante o Estado e outros entes públicos.

Os resultados apurados pela RHmais no exercício de 2001 foram de 180 249 euros e 93 196 euros, respectivamente antes e depois de impostos.

Quanto à associada Multitempo registre-se que o volume de negócios atingiu 9,3 milhões de euros, traduzindo um significativo acréscimo de 34% relativamente ao alcançado no exercício anterior; o resultado antes de impostos foi de 186 491 euros, e o resultado líquido ascendeu a 114 105 euros. O valor da carteira de encomendas da Multitempo, apresentava para 2002 um saldo de cerca de 2,7 milhões de euros.

6 — S3 — Sistemas, Software e Serviços, S. A.

Desde o início do ano de 2000 que a S3 deixou de, praticamente, ter actividade. Os contratos e serviços que tinha em curso transitaram para a COMPTA, S. A., a qual absorveu igualmente o quadro de pessoal. Espera-se vir a encontrar nichos de mercado nos quais seja possível desenvolver actividades que permitam reactivar a S3.

7 — Compta Internacional — Investimentos e Participações, S. A.

Esta sociedade foi criada com o objectivo de encontrar parceiros estrangeiros com potenciais idades tecnológicas, comerciais e financeiras, interessados no cruzamento de negócios e de participações accionistas com empresas portuguesas. Não obstante os esforços desenvolvidos, nomeadamente junto de empresas espanholas e angolanas, não foi viável concretizar qualquer projecto. Face a esta situação, é proposta à assembleia-geral da sociedade a sua dissolução.

8 — Vallstein — Consultadoria Financeira, L.ª

A Vallstein desenvolve actividade de consultoria financeira, dirigida à gestão executiva das empresas e dedicada especificamente ao fortalecimento e optimização das relações bancárias dos seus clientes corporativos. Encontra-se numa fase de desenvolvimento de novas formas de aplicação do seu produto e tem previsões de forte expansão, especialmente no mercado externo. A facturação atingiu os 148 000 euros e o resultado líquido do exercício foi de 3692 euros.

Notas finais:

As contas individuais das sociedades acima referidas e englobadas nesta consolidação encontram-se disponíveis na sede da sociedade onde poderão ser consultadas pelos eventuais interessados.

Declaração:

Os signatários declaram que os elementos inscritos nesta informação para os efeitos do disposto no Decreto-Lei n.º 142-A/91 são verídicos e que não há omissões nem alterações qualitativas e/ou quantitativas na mesma.

15 de Abril de 2002. — O Conselho de Administração: *Vitor José Magalhães Assunção*, presidente — *José Eugénio Soares Vinagre*, administrador — *Afonso Júlio de Lemos Chaby Rosa*, administrador-delegado — *Ana Mafalda Bussaco Pereira de Magalhães Assunção*, administradora — *João Arnaldo Rodrigues de Sousa*, administrador — *Pedro José Bussaco Pereira Magalhães Assunção*, administrador — *António Fernando Couto dos Santos*, administrador.

Anexo ao relatório do conselho de administração

Anexo a que se refere o artigo 20.º do Código de Valores Mobiliários

	Número de acções	Porcentagem
Vitor José Magalhães Assunção	528 684	35
Companhia Seguros Tranquilidade	153 480	10
Ana Mafalda Bussaco Pereira de Magalhães Assunção	113 298	8
Pedro José Bussaco Pereira de Magalhães Assunção	113 298	8
AF — Investimentos Fundos Mobiliários	103 902	7
Ocidental — Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S. A.	88 990	6
Pensõesger — Sociedade Gestora Fundos de Pensões, S. A.	54 928	4
Império Bonança — Companhia Seguros, S. A.	35 000	2

Anexo a que se referem os artigos 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais

1 — Membros dos órgãos de administração e fiscalização que são accionistas da sociedade:

Vitor José Magalhães Assunção — 528 684 acções;
José Eugénio Soares Vinagre — 1506 acções;
Afonso Júlio de Lemos Chaby Rosa — 7800 acções;
Ana Mafalda Bussaco P. de Magalhães Assunção — 113 298 acções;
João Arnaldo Rodrigues de Sousa — 1038 acções;
Pedro José Bussaco Pereira de Magalhães Assunção — 113 298 acções.

2 — Accionistas titulares de acções ao portador não registadas representativas de, pelo menos, um décimo, um terço, ou metade do capital da sociedade:

Vitor José Magalhães Assunção — 528 684 acções;
Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A. — 153 480 acções.

Anexo

A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 250.º do Código dos Valores Mobiliários, dispensou a publicação das contas não consolidadas. Os documentos de prestação de contas alvo desta dispensa encontram-se disponíveis para consulta, juntamente com os restantes, na sede desta sociedade, de acordo com o estabelecido pelo Código das Sociedades Comerciais.

31 de Dezembro de 2001. — O Conselho de Administração: *Vitor José Magalhães Assunção*, presidente — *José Eugénio Soares Vinagre*, administrador — *Afonso Júlio de Lemos Chaby Rosa*, administrador-delegado — *Ana Mafalda Bussaco Pereira de Magalhães Assunção*, administradora — *João Arnaldo Rodrigues de Sousa*, administrador — *Pedro José Bussaco Pereira Magalhães Assunção*, administrador — *António Fernando Couto dos Santos*, administrador.

Relatório sobre práticas de governo da sociedade

CAPÍTULO I

Divulgação da informação

1 — Tendo em linha de conta os resultados operacionais obtidos com a reorganização iniciada em 2000, prosseguiu-se no mesmo

caminho, tendo sido levada a cabo a reformulação orgânica das áreas de apoio, que passaram a englobar as áreas de organização, qualidade e informática, área de logística, área financeira e administrativa, área de processamentos e apoio à gestão, área de recursos humanos, gestão de contratos e *marketing*.

Destas medidas de reorganização resultou para a empresa o organograma apresentado no final do presente relatório. Está, também, definido um sistema de descrição de funções e um sistema APP (análise do perfil pessoal).

Foi, ainda, publicado um manual do colaborador, documento distribuído a todos os empregados.

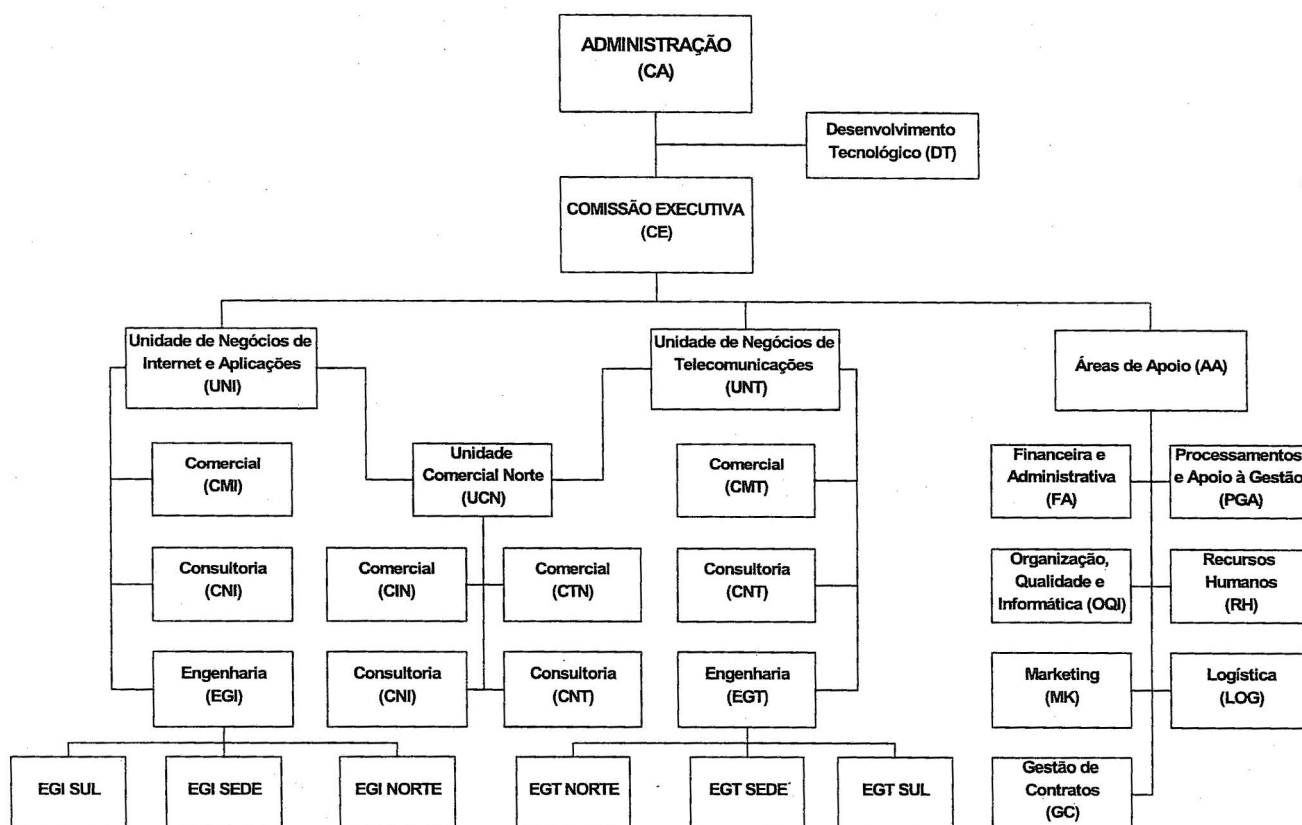
2 — No final é apresentado um resumo da evolução da cotação das acções. Não tendo havido factos relevantes no decurso do exercício, cremos que a evolução das cotações traduz as condições prevalentes no mercado, nomeadamente no que toca às empresas de ou conotadas com as tecnologias de informação e da chamada nova economia.

3 — A sociedade tem tradicionalmente distribuído dividendos de modo a remunerar o capital à taxa nominal de 5%. Contudo, no exercício em apreço, dado o resultado alcançado a administração não propõe a distribuição de dividendos. Tendo presente o actual volume de reservas acumuladas e o objectivo de dar ao papel maior liquidez, é proposto aos accionistas um aumento de capital, por incorporação de reservas, atribuindo uma acção por cada uma detida, passando o capital a 15 000 000 de euros, representado por 3 000 000 de acções, ao portador e relativamente às quais se projecta pedir a sua admissão à cotação.

4 — Não existem nem estão previstos, quaisquer planos de atribuição de opções ou de aquisição de acções.

5 — A sociedade tem disponível uma página na Internet — www.compta.pt — onde põe à consulta do mercado informações de vária natureza — financeiras, comerciais, parcerias, factos mais significativos na vida da sociedade, etc. — que reputa de suficiente interesse para divulgação.

6 — Não existe gabinete de apoio ao investidor. O representante para as relações com o mercado é o administrador, Dr. José Eugénio Soares Vinagre.



CAPÍTULO II

Exercício de direito de voto e representação de accionistas

1 — Não existem regras estatutárias que afastem o direito de voto por correspondência, não estando, no entanto, definido qualquer modelo para o efeito. Não está previsto o exercício do direito de voto por meios electrónicos.

2 — A representação de accionistas nas reuniões da assembleia-geral apenas poderá ser feita pelo seu cônjuge, ascendente ou des-

cedente, por outro accionista ou por membro do conselho de administração.

3 — Os instrumentos de representação voluntária, tanto de pessoas colectivas como singulares, deverão ser entregues ao presidente da mesa da assembleia-geral até ao terceiro dia útil antes da data prevista para a reunião.

4 — A cada grupo de 100 acções corresponde um voto. Não serão contados votos emitidos por um accionista que, em nome próprio ou representando outro, excedam 10% dos votos correspondentes ao capital.

Mês	N.º de sessões	N.º de operações	Quantidade	Valor (euros)	Cotações					
					Última		Mínima		Máxima	
					Euros	Data	Euros	Data	Euros	Data
Janeiro de 2001	18	168	9 902	130 300	12,87	31-1-2001	12,60	10-1-2001	13,79	2-1-2001
Fevereiro de 2001	14	91	13 971	174 597	12,50	28-2-2001	12,20	23-2-2001	13,00	2-2-2001
Março de 2001	19	191	13 590	153 088	10,26	30-3-2001	9,85	22-3-2001	12,26	1-3-2001
Abril de 2001	12	80	3 816	40 552	11,15	30-4-2001	9,90	4-4-2001	11,30	19-4-2001
Mai de 2001	14	121	156 786	1 697 438	10,81	30-5-2001	10,02	2-5-2001	10,90	2-5-2001
Junho de 2001	18	158	5 248	52 544	10,64	29-6-2001	8,53	20-6-2001	10,81	4-6-2001
Julho de 2001	15	83	1 713	17 281	9,83	31-7-2001	9,57	30-7-2001	10,89	2-7-2001
Agosto de 2001	16	143	1 155	10 618	9,14	31-8-2001	9,14	31-8-2001	9,90	1-8-2001
Setembro de 2001	18	111	4 843	38 844	9,10	27-9-2001	7,01	21-9-2001	9,33	3-9-2001
Outubro de 2001	14	160	7 643	70 596	9,36	30-10-2001	8,85	1-10-2001	10,00	3-10-2001
Novembro de 2001	11	94	3 485	30 585	9,19	29-11-2001	8,20	28-11-2001	9,29	7-11-2001
Dezembro de 2001	15	135	13 248	115 510	8,99	28-12-2001	7,92	3-12-2001	9,00	21-12-2001

CAPÍTULO III

Regras societárias

1 — Não existem códigos de conduta próprios da sociedade.

2 — A sociedade dispõe de sistema interno de controlo para detecção dos riscos inerentes à actividade da empresa, baseado em auditorias efectuadas pelo menos duas vezes por ano.

3 — Não existem limitações ao exercício do direito de voto para além dos fixados no contrato de sociedade — artigo 11.º, n.º 2: não serão contados os votos emitidos por um accionista que, em nome próprio ou em representação de outros, excedam dez por cento dos votos correspondentes ao capital. Não são conhecidos acordos parassociais.

sociedade e os restantes três são não executivos. No final deste relatório é apresentado um quadro detalhado.

2 — Os administradores executivos e não executivos reúnem-se com regularidade, pelo menos mensalmente, para análise da orientação da sociedade. Os administradores executivos convivem diariamente, apenas reunindo de um modo formal quando algum acontecimento expressamente o exige.

3 — Existe uma comissão executiva, órgão não estatutário, composta por um membro da administração e quatro directores. Das reuniões semanais da comissão executiva são lavradas actas que são dadas a conhecer aos membros do conselho de administração. Quando entende necessário, o conselho de administração convoca a comissão executiva.

4 — Não existem comissões de controlo internas.

5 — Os membros da administração não têm as suas remunerações dependentes directamente dos resultados da sociedade.

6 — As condições remuneratórias são fixadas por uma comissão de vencimentos, eleita pelos accionistas. Nunca foi proposto qualquer plano de atribuição de acções ou de opções de sua aquisição e não está previsto para um futuro próximo.

CAPÍTULO IV

Órgão de administração

1 — Entre os sete administradores da sociedade, 4 deles são independentes em relação aos accionistas dominantes. Dos sete membros, quatro exercem uma orientação permanente em relação à gestão da

Administradores	Remunerações auferidas (em euros)		
	Parte fixa	Parte variável	Total
Executivos	583 593	—	583 593
Não executivos	74 820	—	74 820
<i>Totais</i>	658 413	—	658 413

Entidade	Cargo	Funções de administração exercidas noutras sociedades
Vitor José Magalhães Assunção	D/E	Presidente
		Compta Internacional — Investimentos e Participações, S. A. — Presidente do conselho de administração.
		Compris — Companhia Portuguesa de Capital de Risco, S. A. — Presidente do conselho de administração.
		E-Tempus International, Ltd. — Gerente
		E-Tempus, SGPS — Soc. Gestora de Participações Sociais, S. A. — Presidente do conselho de administração.
		Mobitel — Serviços de Telecom. Complementares Móveis, S. A. — Presidente do conselho de administração.

Entidade	Cargo	Funções de administração exercidas noutras sociedades
Ana Mafalda Bussaco P. de Magalhães Assunção	D/E Vice-presidente	Compta B2B — Tecnologias de Informação, S. A. — Presidente do conselho de administração. Compta Internacional — Investimentos e Participações, S. A. — Administrador. Datamais — Base de Dados, S. A. — Presidente do conselho de administração. Dez — Desenvolvimento Empresarial, S. A. — Presidente do conselho de administração. E-Tempus International, Ltd. — Gerente. E-Tempus SGPS — Soc. Gestora de Participações Sociais, S. A. — Administrador. Rhmais — Organização e Gestão de Recursos Humanos, S. A. — Presidente do conselho de administração. Spectacolor Portugal — Publicidade Informatizada, S. A. — Presidente do conselho de administração. S3 — Sistemas, Software e Serviços, S. A. — Administrador. VA2 — Gestão Imobiliária, S. A. — Administradora única.
Afonso Júlio de Lemos Chaby Rosa	I/E Admin.-delegado	Mobitel — Serviços de Telecom. Complementares Móveis, S. A. — Administrador. S3 — Sistemas, Software e Serviços, S. A. — Presidente do conselho de administração.
João Arnaldo Rodrigues de Sousa	I/E Administrador	Compta Internacional — Investimentos e Participações, S. A. — Administrador. Comptrading — Companhia de Comércio e Serviços, S. A. — Presidente do conselho de administração. Comptris — Companhia Portuguesa de Capital de Risco, S. A. — Administrador. Datamais — Base de Dados, S. A. — Administrador. Dez — Desenvolvimento Empresarial, S. A. — Administrador. E-Tempus International, Ltd. — Gerente. E-Tempus, SGPS — Soc. Gestora de Participações Sociais, S. A. — Administrador. Imotron — Edifícios Inteligentes, S. A. — Presidente do conselho de administração. Mobitel — Serviços de Telecom. Complementares Móveis, S. A. — Administrador. Multitempo — Empresa de Trabalho Temporário, L.ª — Gerente. Rhmais — Organização e Gestão de Recursos Humanos, S. A. — Administrador. Spectacolor Portugal — Publicidade Informatizada, S. A. — Administrador. Tecnotron — Sistemas de Automação, S. A. — Administrador.
José Eugénio Soares Vinagre	I/NE Administrador	
António Fernando Couto dos Santos	I/NE Administrador	
Pedro José Bussaco Pereira de Magalhães Assunção	D/NE Administrador	

D — Accionistas dominantes.
I — Accionistas Independentes.
E — Administradores Executivos.
NE — Administradores não executivos.

Informação complementar prestada nos termos do n.º 4 do artigo 245.º do CVM

Face às reservas constantes das certificações legais das contas e relatórios de auditoria das contas individuais e consolidadas, informa-se que estão a ser ponderados os ajustamentos quanto às reservas emitidas. Assim, e no que toca às contas consolidadas, irá ser constituída na escrita da empresa em causa uma provisão de 499 000 euros para cobertura do risco de não realização do negócio que anulará, enquanto essa situação se mantiver (prevê-se que venha a ser concretizado num futuro próximo), o efeito do proveito registado em 1998. Serão ajustadas as provisões para créditos de cobrança duvidosa face às situações que em cada fecho de contas se verificarem, tendo em consideração a evolução das suas cobranças e/ou acordos entretanto celebrados. Muito embora se considerem correctas as capitalizações referidas no ponto 7.3. da certificação, recomendou-se às empresas incluídas no âmbito da certificação que, de futuro procurem demonstrar

aos auditores a justeza desses procedimentos ou se abstenham de os registar caso não obtenham acordo por parte deles.

No que respeita às contas individuais, ajustar-se-ão as provisões para créditos de cobrança duvidosa face às situações que em cada fecho de contas se verificarem, tendo em consideração a evolução das suas cobranças e/ou acordos entretanto celebrados. Uma vez tomadas nas contas consolidadas as medidas tendentes à correcção das reservas, o seu reflexo aparecerá evidenciado nas contas individuais, através de aplicação da DC n.º 9.

O Conselho de Administração: *Vitor José Magalhães Assunção*, presidente — *José Eugénio Soares Vinagre*, administrador — *Afonso Júlio de Lemos Chaby Rosa*, administrador-delegado — *Ana Mafalda Bussaco Pereira de Magalhães Assunção*, administradora — *João Arnaldo Rodrigues de Sousa*, administrador — *Pedro José Bussaco Pereira Magalhães Assunção*, administrador — *António Fernando Couto dos Santos*, administrador.

Balanças consolidadas em 31 de Dezembro de 2001 e 2000

ACTIVO					(Em euros)
	Notas	2001			2000
		Activo bruto	Amort. e prov. acumuladas	Activo líquido	
Imobilizado:					
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	25 e 27	2 201 729,17	426 388,58	1 775 340,59	245 044,44
Despesas de investig. e desenvolv.	25 e 17	2 502 512,63	1 738 340,17	764 172,46	842 499,58
Propriedade industrial e outros direitos		7 112,86	711,29	6 401,57	—
Outras imobilizações incorpóreas	27	6 293 150,20	4 457 954,69	1 835 195,51	2 900 439,94
Imobilizações em curso	27	3 324 237,19	—	3 324 237,19	2 336 578,84
		<u>14 328 742,05</u>	<u>6 623 394,73</u>	<u>7 705 347,32</u>	<u>6 324 562,80</u>
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	27	2 048 494,93	—	2 048 494,93	98 108,56
Edifícios e outras construções	27	6 203 282,32	80 736,11	6 122 546,21	288 180,49
Equipamento básico	27	12 035 860,18	10 139 189,75	1 896 670,43	1 980 601,75
Equipamento de transporte	27	1 495 009,66	557 737,03	937 272,63	1 164 872,66
Ferramentas e utensílios	27	49 365,87	21 669,53	27 696,34	35 270,00
Equipamento administrativo	27	1 288 648,19	1 033 231,93	255 416,26	251 324,31
Outras imobilizações corpóreas	27	34 977,86	165,72	34 812,14	2 883,05
Imobilizações em curso	27	—	—	—	118 264,98
		<u>23 155 639,01</u>	<u>11 832 730,07</u>	<u>11 322 908,94</u>	<u>3 939 505,80</u>
Investimentos financeiros:					
Partes de cap. em outras empr. particip. .	27 e 50	3 819 321,39	—	3 819 321,39	3 818 681,98
Títulos e outras aplicações financeiras	27	154 131,78	—	154 131,78	149 130,60
		<u>3 973 453,17</u>	<u>—</u>	<u>3 973 453,17</u>	<u>3 967 812,58</u>
Circulante					
Existências:					
Mercadorias		824 267,00	—	824 267,00	894 983,09
Dívidas de terceiros — Curto prazo:					
Clientes, c/c		22 954 291,48	1 123,03	22 953 168,45	31 773 984,70
Clientes de cobrança duvidosa		227 185,31	227 185,31	—	—
Accionistas		2 228 558,68	—	2 228 558,68	2 062 873,47
Adiantamentos a fornecedores		227 584,51	—	227 584,51	181 088,58
Estado e outros entes públicos	53	432 408,20	—	432 408,20	476 775,97
Outros devedores	54	2 614 970,20	163 453,83	2 451 516,37	4 906 161,15
	46	<u>28 684 998,38</u>	<u>391 762,17</u>	<u>28 293 236,21</u>	<u>39 400 883,87</u>
Títulos negociáveis:					
Outras aplicações de tesouraria		25 779,38	—	25 779,38	39 744,22
Depósitos bancários e caixa:					
Depósitos bancários		2 369 881,25	—	2 369 881,25	2 358 625,71
Caixa		30 812,42	—	30 812,42	29 229,56
		<u>2 400 693,67</u>	<u>—</u>	<u>2 400 693,67</u>	<u>2 387 855,27</u>
Acréscimos e diferimentos					
Acréscimos de proveitos	56	657 882,29	—	657 882,29	560 110,13
Custos diferidos	56	4 572 099,79	—	4 572 099,79	2 086 297,02
		<u>5 229 982,08</u>	<u>—</u>	<u>5 229 982,08</u>	<u>2 646 407,15</u>
<i>Total de amortizações</i>			<u>18 456 124,80</u>		
<i>Total de provisões</i>			<u>391 762,17</u>		
<i>Total do activo</i>		<u>78 623 554,74</u>	<u>18 847 886,97</u>	<u>59 775 667,77</u>	<u>59 601 754,78</u>

CAPITAL PRÓPRIO, INTERESSES MINORITÁRIOS E PASSIVO

(Em euros)

	Notas	2001	2000
Capital próprio:			
Capital	55	7 500 000,00	7 481 968,46
Acções próprias	55	—	—
Valor nominal	55	(66 938,82)	(55 321,71)
Prémios e descontos	55	(218 999,01)	(207 133,46)
Prémios de emissão de acções		—	—
Diferenças de consolidação	10 e 55	(886 588,51)	(877 516,63)
Ajustamentos de partes de capital em associadas	10 e 55	(210 938,04)	(210 938,04)
Reservas:			
Reservas de reavaliação	55	139 583,70	139 583,70
Reservas legais	55	1 169 681,07	1 139 753,20
Reservas livres	55	9 212 053,67	9 230 085,21
Resultados transitados	55	(2 257 786,59)	(2 402 849,13)
Resultado consolidado líquido do exercício	55	81 228,15	549 055,89
		<u>14 461 295,62</u>	<u>14 786 687,49</u>
Interesses minoritários		<u>221 415,11</u>	<u>610 294,19</u>
Dívidas a terceiros — Médio e longo prazos:			
Dívidas a instituições de crédito		498 797,90	2 244 590,54
Fornecedores de imobilizado, c/c	47	7 319 371,91	829 600,66
		<u>7 818 169,81</u>	<u>3 074 191,20</u>
Dívidas a terceiros — Curto prazo:			
Dívidas a instituições de crédito		20 235 595,92	17 483 165,57
Adiantamentos por conta de vendas		629 176,19	208 552,39
Fornecedores, c/c		10 663 395,60	11 227 451,84
Fornecedores - facturas em recepção e conferência		2 465 343,52	—
Accionistas		961 643,96	174 918,45
Fornecedores de imobilizado, c/c	47	950 091,57	401 956,29
Estado e outros entes públicos	53	1 824 583,16	3 171 830,89
Outros credores	54	442 554,93	4 088 822,53
		<u>35 707 041,33</u>	<u>39 222 041,48</u>
Acréscimos e diferimentos:			
Acréscimo de custos	56	1 259 221,48	1 224 354,31
Proveitos diferidos	56	308 524,42	684 186,11
Total do passivo		<u>45 092 957,04</u>	<u>44 204 773,10</u>
Total do capital próprio, interesses minoritários e passivo		<u>59 775 667,77</u>	<u>59 601 754,78</u>

O Conselho de Administração: *Vitor José Magalhães Assunção*, presidente — *José Eugénio Soares Vinagre*, administrador — *Afonso Júlio de Lemos Chaby Rosa*, administrador-delegado — *Ana Mafalda Bussaco Pereira de Magalhães Assunção*, administradora — *João Arnaldo Rodrigues de Sousa*, administrador — *Pedro José Bussaco Pereira Magalhães Assunção*, administrador — *António Fernando Couto dos Santos*, administrador.

Demonstrações de resultados consolidados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000

CUSTOS E PERDAS

	Notas	2001	2000
Custo das mercadorias vendidas		14 799 292,75	27 020 221,27
Fornecimentos e serviços externos		8 355 536,99	9 823 645,02
Custos com pessoal:			
Remunerações		14 973 179,85	12 219 595,77
Encargos sociais:			
Prémios de emissão		131 701,89	131 089,08
Outros		3 745 309,73	3 771 924,66
		<u>18 850 191,47</u>	<u>3 771 924,66</u>
Amortizações do imobilizado	27	3 874 188,88	4 598 018,77
revisões	46	—	—
		<u>3 874 188,88</u>	<u>4 598 018,77</u>

(Em euros)

	Notas	2001	2000	
Impostos		109 058,97	96 512,41	
Outros custos operacionais		9 845,42	10 689,24	107 201,65
(A)			45 998 114,48	57 671 696,22
Perdas relativas a empresas interligadas		—	384,07	
Juros e custos similares — Outros	44	2 943 586,71	2 943 586,71	3 281 726,04
(C)			48 941 701,19	60 953 806,33
Custos e perdas	45		228 090,93	277 746,02
(E)			49 169 792,12	61 231 552,35
Imposto sobre o rendimento do exercício	57		336 547,30	596 422,62
(G)			49 506 339,42	61 827 974,97
Interesses minoritários			(176 187,65)	(219 700,52)
(H)			49 330 151,77	61 608 274,45
Resultado consolidado líquido do exercício			81 228,15	1 439 093,20
			49 411 379,92	63 047 367,65

PROVEITOS E GANHOS

	Notas	2001	2000	
Vendas de mercadorias	36	18 981 162,16	32 454 275,20	
Prestação de serviços	36	27 752 507,10	26 185 138,82	58 639 414,02
Proveitos suplementares		112 372,74	207 689,47	
Subsídios à exploração		13 272,53	2 962,86	
Trabalhos para a própria empresa		1 115 092,48	—	
Outros proveitos operacionais		137 193,59	1 377 931,34	1 035 075,47
(B)			48 111 600,60	59 674 489,49
Ganhos relativos a empresas interligadas		938,06		14 375,36
Rendim. de tít. negociáveis e outras aplicações:				
Outros		64 227,52		1 152,22
Outros juros e proveitos similares — Outros	44	1 203 407,72	1 268 573,30	1 158 019,17
(D)			49 380 173,90	60 848 036,24
Proveitos e ganhos extraordinários	45		31 206,02	1 309 294,10
(F)			49 411 379,92	62 157 330,34
Resultados operacionais: (B)–(A) =			2 113 486,12	2 002 793,27
Resultados financeiros: (D)–(B)–(C)–(A) =			(1 675 013,41)	(2 108 563,36)
Resultados correntes: (D)–(C) =			438 472,71	(105 770,09)
Resultados antes de impostos: (F)–(E) =			241 587,80	925 777,99
Resultado consolidado com os interesses minoritários do exercício: (F)–(H) =			81 228,15	549 055,89

O Conselho de Administração: *Vitor José Magalhães Assunção*, presidente — *José Eugénio Soares Vinagre*, administrador — *Afonso Júlio de Lemos Chaby Rosa*, administrador-delegado — *Ana Mafalda Bussaco Pereira de Magalhães Assunção*, administradora — *João Arnaldo Rodrigues de Sousa*, administrador — *Pedro José Bussaco Pereira Magalhães Assunção*, administrador — *António Fernando Couto dos Santos*, administrador.

Demonstração consolidada dos resultados por funções findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000

	2001	2000
Vendas e prestação de serviços	46 819 958,88	58 639 414,02
Custo das vendas e prestação de serviços	(34 587 430,25)	(47 671 726,14)
Resultados brutos	12 232 528,63	10 967 687,88
Outros proveitos e ganhos operacionais	1 312 279,78	2 327 091,71
Custos de distribuição	(967 712,14)	(787 437,28)
Custos administrativos	(10 331 423,62)	(9 299 707,70)
Outros custos e perdas operacionais	(328 097,59)	(170 889,06)
Resultados operacionais	1 917 575,06	3 036 745,55

(Em euros)

	2001	2000
Custos líquidos de financiamento	(1 699 653,11)	(1 805 638,41)
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	938,06	13 991,29
Ganhos (perdas) em outros investimentos	22 727,79	(319 320,44)
Resultados correntes	241 587,80	925 777,99
Imposto sobre resultados correntes	(336 547,30)	(596 422,62)
Resultados correntes após impostos	(94 959,50)	329 355,37
Interesses minoritários	176 187,65	219 700,52
Resultado extraordinário	—	—
Resultado líquido do exercício	81 228,15	549 055,89
Resultado por acção	0,05	0,37

O Conselho de Administração: *Vitor José Magalhães Assunção*, presidente — *José Eugénio Soares Vinagre*, administrador — *Afonso Júlio de Lemos Chaby Rosa*, administrador-delegado — *Ana Mafalda Bussaco Pereira de Magalhães Assunção*, administradora — *João Arnaldo Rodrigues de Sousa*, administrador — *Pedro José Bussaco Pereira Magalhães Assunção*, administrador — *António Fernando Couto dos Santos*, administrador.

Demonstrações de fluxos de caixa consolidados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000

	2001	2000
Actividades operacionais:		
Recebimentos de clientes	66 307 426,34	66 334 862,98
Pagamentos a fornecedores	34 021 816,55	43 139 458,90
Pagamentos ao pessoal	14 911 182,89	10 780 778,32
Fluxo gerado pelas operações	17 374 426,90	12 414 625,76
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(1 540 305,06)	(43 091,15)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	(11 619 611,03)	(10 612 274,42)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	4 214 510,81	1 759 260,19
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	926,87	174,58
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	35 013,26	74 460,55
<i>Fluxos das actividades operacionais (1)</i>	4 180 424,42	1 684 974,22
Actividades de investimento:		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	13 966,34	396 783,75
Imobilizações corpóreas	6 733,27	7 103 101,53
Juros e proveitos similares	131 843,60	189 124,21
Dividendos	—	—
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	632 758,30	1 153 983,90
Imobilizações corpóreas	908 595,71	128 026,46
Imobilizações incorpóreas	1 334 122,21	867 394,58
Imobilizações em curso	—	2 570 500,09
<i>Fluxos das actividades de investimento (2)</i>	(2 722 933,01)	2 969 104,46
Actividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	5 486 623,32	16 832 932,63
Venda de acções (quotas) próprias	400 000,00	160 268,75
Juros e proveitos similares	—	—
Outros recebimentos provenientes de actividades de financiamento	12 076 624,78	8 620 334,99

(Em euros)

	2001	2000
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	7 401 664,54	21 476 965,51
Amortização de contratos de locação financeira	580 276,91	5 298 031,74
Juros e custos similares	1 642 746,78	2 443 181,93
Dividendos	374 098,42	374 098,42
Aquisição de acções (quotas) próprias	23 482,66	378 727,27
Outros pagamentos provenientes de act. de financiamento	9 389 343,56	4 856 361,18
<i>Fluxos das actividades de financiamento (3)</i>	<i>(1 448 364,77)</i>	<i>(9 213 829,68)</i>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	9 126,64	(4 559 751,00)
Efeito das diferenças de câmbio	—	—
Caixa e seus equivalentes no início do período	2 391 567,03	6 947 606,27
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2 400 693,67	2 387 855,27
	9 126,64	(4 559 751,00)

O Conselho de Administração: *Vitor José Magalhães Assunção*, presidente — *José Eugénio Soares Vinagre*, administrador — *Afonso Júlio de Lemos Chaby Rosa*, administrador-delegado — *Ana Mafalda Bussaco Pereira de Magalhães Assunção*, administradora — *João Arnaldo Rodrigues de Sousa*, administrador — *Pedro José Bussaco Pereira Magalhães Assunção*, administrador — *António Fernando Couto dos Santos*, administrador.

Anexo ao balanço e à demonstração de resultados consolidados em 31 de Dezembro de 2001

(Montantes expressos em euros)

I — Informações sobre empresas incluídas e/ou excluídas da consolidação:

Nota introdutória:

O Grupo Compta — Equipamentos e Serviços de Informática, S. A., inclui as empresas identificadas nas notas n.ºs 1 e 2 e tem como acti-

vidade principal a comercialização de produtos de informática e a prestação de serviços conexos.

As demonstrações financeiras das empresas subsidiárias e associadas, reportadas a 31 de Dezembro de 2001, e incluídas na consolidação, estão pendentes de aprovação pela assembleia geral. No entanto, a administração da empresa-mãe entende que aquelas virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade para a apresentação de contas consolidadas (POC). As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Grupo ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

I — Empresas incluídas na consolidação:

Empresas incluídas na consolidação em 31 de Dezembro de 2001:

Empresa/sede	Data de constituição	Actividade	Prop. efec. do capital detido (percent.)		Condições e métodos de consolidação Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho
			Directa	Indirecta	
Compta — Equipamentos e Serviços de Informática, S. A., Av. Fontes Pereira de Melo, 14, 11.º, 1069-099 Lisboa	16-5-1972	Comercial. de serv. de informát. e prest. de serv. conexos.	—	—	Empresa-mãe — Método integral.
E-Tempus SGPS — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., Av. EUA, 97, 10.º direito, 1749-094 Lisboa.	21-11-1990	Sociedade gestora de participações sociais.	100	—	Maioria dos direitos de voto dos titulares do capital (artigo 1.º, al. a) — al. a) — Método integral (a) (f).
Compta Internacional — Investim. e Participações, S. A., Av. EUA, 97, 10.º direito, 1749-094 Lisboa	16-7-1994	Investim. financ. e comerciais, prest. de serviços de consult. financ., aquis. de particip. em sociedades no estrangeiro.	100	—	Maioria dos direitos de voto dos titulares do capital (artigo 1.º, al. a) — Método integral (a).
Compta B2B — Tecnologias de Informação, S. A., Av. EUA, 97, 10.º direito, 1749-094 Lisboa	18-1-2001	Prest. serv., consult., comercializ. de bens e produtos no âmbito das tecnol.de informação.	68	—	Maioria dos direitos de voto dos titulares do capital (artigo 1.º, al. a) — Método integral (a).
S3 — Sistemas, Software e Serviços, S. A., Praça de Alvalade, 6, 3.º, B1, 1700 Lisboa	5-6-1990	Representação, desenvolvimento e comercialização de <i>software</i> informát. e prestação de serviços conexos.	—	57	Maioria dos direitos de voto dos titulares do capital (artigo 1.º, al. a) — Método integral (b).
RHmais — Organiz. e Gestão de Recursos Humanos, S. A., Av. EUA, 97, 10.º direito, 1749-094 Lisboa	28-5-1987	Organização e gestão de recursos humanos.	—	67	Maioria dos direitos de voto dos titulares do capital (artigo 1.º, al. a) — Método integral (c) (g).
Comptrading — Companhia de Comércio e Serviços, S. A., Av. EUA, 97, 10.º direito, 1749-094 Lisboa	27-2-1987	Comercializ. de computadores e outros produtos e serviços.	—	80	Maioria dos direitos de voto dos titulares do capital (artigo 1.º, al. a) — Método integral. (d).
Multitempo — Empresa de Trabalho Temporário, L.da, Praça de Alvalade, 6, 3.º, B1, 1700 Lisboa	26-3-1997	Cedência temporária de pessoal	—	67	Maioria dos direitos de voto dos titulares do capital (artigo 1.º, al. a) — Método integral (e).
Vallstein — Consultadoria Financeira, L.da, Rua D João de Castro, 17, Sintra.	15-6-2000	Consultadoria financ. e produção e comercializ. de <i>software</i> .	—	33	Método integral (d).

(a) Participação detida pela Compta — Equipamentos e Serviços de Informática, S. A.

(b) Participação de 56,67% detida pela E-Tempus SGPS — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.. Adicionalmente a Comptris — Companhia Portuguesa de Capital de Risco, S. A. (Comptris) (participação detida a 61% pelo Grupo, nota n.º 2) detém 43,33% do capital da S3 — Sistemas, Software e Serviços, S. A.

(c) Participação detida pela E-Tempus SGPS — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A. Adicionalmente a Comptris (participada detida a 61% pelo Grupo, nota n.º 2) detém 13% do capital da RHmais.

(d) Participação detida pela E-Tempus SGPS — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.

(e) Participação indirecta detida pela E-Tempus SGPS — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., da qual 0,2 % é detida pela Comptris.

(f) Anteriormente denominada Compta, SGPS, S. A.

(g) Anteriormente denominada Compta RH, S. A.

II — Empresas excluídas da consolidação

Empresa	Proporção do capital detido na empresa		Condições para não consolidação método de valorimetria Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho
	Porcentagem	Montante	
Comptris — Comp. Portuguesa de Capital de Risco, S. A., Av. EUA, 97, 10.º direito, 1749-094 Lisboa.	61,415	3 819 321	Empresa que exerce activ. de forma diferenciada pelo que a sua inclusão nas demonstr. financ. consolidadas seria incompatível com o objectivo fixo no n.º 13.2.2, das normas de consolidação de contas (artigo 4.º, n.º 1). — Equiv. patrimón.
E-Tempus Internacional, L.ª, Scotiabank Building, Cardinal Avenue, George Town, Grand Cayman, Cayman Islands, British West Indies.	100,000	52 372	Empresa considerada imaterial para a apresent. de uma imagem fiel e verdadeira da situação financ. e result. das operações do Grupo — Custo de aquis.

As participações detidas pela Comptris (nota n.º 1) não são incluídas na consolidação, atendendo à finalidade da detenção desses investimentos por aquela sociedade de capital de risco.

Estas participações financeiras encontram-se registadas na Comptris ao custo de aquisição ou ao valor estimado de realização, quando mais baixo, em conformidade com o plano de contas aplicável àquela sociedade.

Os relatórios de contas das empresas que foram excluídas da consolidação encontram-se à disposição dos accionistas nas sedes das sociedades.

7 — Número médio de pessoal:

Durante o exercício de 2001 e 2000, o número médio de pessoal ao serviço do Grupo foi de 543 e 303, respectivamente.

III — Informações relativas aos procedimentos de consolidação:

10 — Diferenças de consolidação e ajustamentos de partes de capital em associadas:

Em 31 de Dezembro de 2001, o saldo desta rubrica compõe-se da seguinte forma:

Empresa participada	Diferenças de consolidação
RHmais — Organização e Gestão de Recursos Humanos, S. A.	7 363
E-Tempus SGPS — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.	116
Compta Internacional — Investimentos e Participações, S. A.	(11 049)
Multitempo — Empresa de Trabalho Temporário, L.ª	(50 127)
Vallstein — Consultadoria Financeira, L.ª	(97 895)
Comptrading — Companhia de Comércio e Serviços, S. A.	(198 656)
S3 — Sistemas, Software e Serviços, S. A.	(536 339)
	(886 589)

Empresa participada	Custo de aquisição	Proporção dos capitais próprios detidos		Ajustamento de partes de capital
		Porcentagem	Montante	
Comptris — Companhia Portuguesa de Capital de Risco, S. A.	3 621 802	61,415	3 410 864	(210 938)

Os saldos das rubricas de diferenças de consolidação e ajustamentos de partes de capital em associadas, foram originados na primeira consolidação das demonstrações financeiras pelo método integral e de aplicação do método da equivalência patrimonial (nota n.º 18), respectivamente, e correspondem à compensação efectuada entre os valores contabilísticos das partes de capital detidas e a proporção dos capitais próprios que elas representam, reportadas à data da primeira consolidação.

Durante o exercício de 2001, a B-Tempus SGPS — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., adquiriu acções da RHmais à Comptris, aumentando assim a percentagem efectiva detida nesta empresa e tomou uma participação no capital da Vallstein. As alterações destas participações geraram uma redução de 9072 euros na rubrica de diferenças de consolidação (nota n.º 55).

15 — Consistência de aplicação dos critérios de valorimetria:

Os critérios de valorimetria utilizados pelas empresas do grupo foram consistentes entre si e são os descritos na nota n.º 23.

18 — Critérios de contabilização dos investimentos financeiros:

Os investimentos financeiros em associadas e em empresas do grupo não incluídas na consolidação, por terem actividade diferenciada das restantes empresas do grupo (nota n.º 2) encontram-se registados nas demonstrações financeiras anexas pelo método de equivalência patrimonial.

Os investimentos financeiros em partes de capital em empresas participadas, encontram-se registados ao custo de aquisição.

Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros registados ao custo (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração de resultados do exercício quando é decidida e anunciada a sua distribuição.

As diferenças positivas entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas filiais e associadas e o valor proporcional à participação da empresa nos capitais próprios dessas filiais e associadas à data de aquisição, quando posterior a 1 de Janeiro de 1991, são registadas na rubrica de diferenças de consolidação.

IV — Informações relativas a compromissos assumidos:

21 — Compromissos financeiros assumidos e não incluídos no balanço consolidado:

O Grupo apresentava, em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, responsabilidades por *factoring* e letras descontadas, como segue:

	2001	2000
<i>Factoring</i>	4 560 235	765 989
Letras descontadas	50 013	34 118
	4 610 248	800 107

22 — Garantias prestadas:

Em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, o Grupo tinha assumido responsabilidades com garantias prestadas para concursos públicos, como segue:

	2001	2000
Garantias bancárias	927 340	3 881 136
Seguros de caução	68 140	209 016
	995 480	4 090 153

V — Políticas contabilísticas:

23 — Bases de apresentação e principais critérios valorimétricos utilizados:

Bases de apresentação:

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas do Grupo (nota n.º 1) mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Princípios de consolidação:

Conforme indicado nas notas n.os 1 e 2 utilizaram-se, na consolidação das demonstrações financeiras anexas, os métodos integral e da equivalência patrimonial conforme aplicável.

No método de consolidação integral os saldos e transacções significativas entre as empresas foram eliminados no processo de consolidação. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias é apresentado na rubrica de interesses minoritários.

No método de equivalência patrimonial, as participações estão registadas pelo custo de aquisição, acrescido (ou reduzido) do valor correspondente à proporção nas restantes rubricas do capital próprio na data da sua aquisição e resultados posteriores.

Em ambos os métodos foram eliminados os resultados provenientes das operações efectuadas entre as empresas compreendidas na consolidação, se significativos, quando ainda incluídos nos valores contabilísticos dos activos.

Principais critérios valorimétricos:

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) *Imobilizações incorpóreas.* — As imobilizações incorpóreas compreendem essencialmente despesas de instalação, aumentos de capital, investigação e desenvolvimento, formação relativa a novos produtos e material de conservação e reparação (peças e sobressalentes) necessário à assistência técnica ao parque de equipamentos e sistemas instalados no mercado. Estas despesas encontram-se registadas ao custo e são amortizadas pelo método das quotas constantes em três anos.

b) *Imobilizações corpóreas.* — As imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 1997, encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliadas de acordo com as disposições legais do Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro. As imobilizações corpóreas adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas médias úteis estimadas:

	Anos médios de vida útil
Edifícios e outras construções	50
Instalações	10
Equipamento básico	4

Anos médios de vida útil

Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	8

e) *Locação financeira.* — O Grupo utiliza o método financeiro na contabilização dos contratos de locação financeira celebrados com terceiros. De acordo com este método, o custo do activo é registado no passivo e os juros incluídos nas rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na nota n.º 23, alínea b), são registadas como custos na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

d) *Existências.* — As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

e) *Títulos negociáveis e outras aplicações financeiras.* — Os títulos negociáveis e outras aplicações financeiras são registados ao mais baixo do custo de aquisição ou de mercado.

f) *Acréscimos e diferimentos.* — O Grupo regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

g) *Subsídios recebidos para financiamentos de imobilizações corpóreas.* — Os subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de imobilizações corpóreas são registados no passivo, como proveitos diferidos, na rubrica de acréscimos e diferimentos, e reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas.

24 — *Activos e passivos expressos em moeda estrangeira.* — Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando as cotações vigentes em 31 de Dezembro de cada ano. As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou na data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados consolidados do exercício.

VI — Detalhe de algumas rubricas do balanço e da demonstração de resultados:

25 — Despesas de instalação, de investigação e desenvolvimento:

A rubrica de despesas de instalação engloba, a 31 de Dezembro de 2001, os valores ao custo de aquisição despendidos com a expansão do Grupo, designadamente aumentos de capital nos últimos exercícios. Estas despesas são amortizadas em três anos.

A rubrica despesas de investigação e desenvolvimento, engloba as despesas com formação técnica no estrangeiro em novos equipamentos comercializados, desenvolvimento de produtos próprios, bem como despesas referentes a estudos de mercado. Estas despesas são amortizadas em três anos.

27 — Movimento do activo imobilizado:

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, o movimento ocorrido no valor de custo das imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

Activo bruto:

	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transfer., abates e ajustamentos	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	663 776	125 416	—	(1 412 537)	2 201 729
Despesas de investigação e desenvolvimento	2 702 996	520 620	—	721 103	2 502 513
Propriedade industrial e outros direitos	—	7 113	—	—	7 113

	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transfer., abates e ajustamentos	Saldo final
Outras imobilizações incorpóreas	6 975 240	669 753	—	1 351 842	6 293 150
Imobilizações em curso	2 339 918	2 889 568	—	1 905 248	3 324 237
	<u>12 681 929</u>	<u>4 212 469</u>	<u>—</u>	<u>2 565 657</u>	<u>14 328 742</u>
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	98 109	—	—	(1 950 386)	2 048 495
Edifícios e outras construções	352 124	—	—	(5 851 159)	6 203 282
Equipamento básico	12 070 621	822 128	—	856 889	12 035 860
Equipamento de transporte	1 389 400	138 417	—	—	1 495 010
Ferramentas e utensílios	47 803	1 563	—	—	49 366
Equipamento administrativo	1 182 971	105 677	—	—	1 288 648
Outras imobilizações corpóreas	34 978	—	—	—	34 978
Imobilizações em curso	118 265	7 683 282	—	7 801 547	—
	<u>15 294 270</u>	<u>8 751 067</u>	<u>32 807</u>	<u>856 891</u>	<u>23 155 639</u>
Investimentos financeiros:					
Empresas do grupo	3 818 383	938	—	—	3 819 321
Títulos e outras aplicações financeiras	149 132	5 000	—	—	154 132
	<u>3 967 515</u>	<u>5 938</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>3 973 453</u>
	<u>31 943 715</u>	<u>12 969 474</u>	<u>32 807</u>	<u>3 422 547</u>	<u>41 457 453</u>

Amortizações acumuladas:

	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transfer., abates e ajustamentos	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	405 597	206 649	—	185 857	426 389
Despesas de investigação e desenvolvimento	1 893 806	566 870	—	722 336	1 738 340
Propriedade industrial e outros direitos	—	711	—	—	711
Outras imobilizações incorpóreas	4 055 311	1 755 484	—	1 352 840	4 457 955
	<u>6 354 714</u>	<u>2 529 714</u>	<u>—</u>	<u>2 261 034</u>	<u>6 623 395</u>
Imobilizações corpóreas:					
Edifícios e outras construções	63 942	16 794	—	—	80 736
Equipamento básico	9 285 991	896 190	—	42 991	10 139 190
Equipamento de transporte	224 529	348 216	15 008	—	557 737
Ferramentas e utensílios	12 365	9 305	—	—	21 670
Equipamento administrativo	959 262	73 970	—	—	1 033 232
Outras imobilizações corpóreas	166	—	—	—	166
	<u>10 546 254</u>	<u>1 344 475</u>	<u>15 008</u>	<u>42 991</u>	<u>11 832 730</u>
	<u>16 900 969</u>	<u>3 874 189</u>	<u>15 008</u>	<u>2 304 025</u>	<u>18 456 125</u>

As alienações de imobilizações corpóreas geraram mais-valias de 16 362 euros e menos-valias de 11 315 euros, registadas nos resultados extraordinários (nota n.º 45).

36 — Vendas e prestações de serviços por mercados geográficos:

As vendas e prestações de serviços consolidadas distribuem-se da seguinte forma:

	2001	2000
Mercado interno	46 558 535	58 105 381
Mercado externo	175 134	534 033
	<u>46 733 669</u>	<u>58 639 414</u>

39 — Remuneração dos membros dos órgãos sociais:

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais, nos exercícios de 2001 e 2000, foram de 914 657 euros e 783 213 euros, respectivamente. De acordo com os seus estatutos a empresa-mãe é responsável pelo pagamento de pensões de reforma aos administradores que tenham desempenhado funções na empresa-mãe durante um mínimo de 10 anos, podendo a assembleia geral, em casos excepcionais, deliberar a atribuição deste benefício se não se encontrarem satis-

feitas aquelas condições. Dado os valores pagos a este título não são significativos, os mesmos são registados como custos na data do seu pagamento. No decurso de 2001 e 2000, foram atribuídas a título de pensões de reforma, a membros dos órgãos de gestão da empresa-mãe, as quantias de 4644 euros e 16 176 euros, respectivamente, as quais foram registadas na conta 64.3 — Pensões.

41 — Reavaliação de imobilizações corpóreas (legislação):

O Grupo procedeu em anos anteriores à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei n.º 430/78, de 27 de Dezembro;
- Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de Junho;
- Decreto-Lei n.º 399-G/84, de 28 de Dezembro;
- Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de Maio;
- Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de Abril;
- Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de Janeiro;
- Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de Novembro;
- Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro.

Uma parte (40%) das amortizações adicionais futuras, resultantes destas reavaliações, não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável de imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRC).

44 — Demonstração de resultados financeiros consolidados:

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

	2001	2000
Custos e perdas:		
Juros suportados	1 657 802	1 758 148
Diferenças de câmbio desfavoráveis	1 082 613	1 419 494
Descontos de p. p. concedidos	4 377	18 904
Outros custos e perdas financeiras	198 794	85 564
	<u>2 943 587</u>	<u>3 282 110</u>
Resultados financeiros	<u>(1 675 013)</u>	<u>(2 108 563)</u>
Proveitos e ganhos:		
Ganhos em empresas interligadas	938	14 375
Juros obtidos	55 202	146 148
Diferenças de câmbio favoráveis	1 165 804	950 265
Descontos de p. p. obtidos	10	—
Outros proveitos e ganhos financeiros	46 619	62 759
	<u>1 268 573</u>	<u>1 173 547</u>

45 — Demonstração dos resultados extraordinários consolidados:

Os resultados extraordinários têm a seguinte composição:

	2001	2000
Custos e perdas:		
Donativos	—	27 464
Dívidas incobráveis	112 662	28 821
Perdas em existências	—	5 472
Perdas em imobilizações (nota n.º 27)	11 315	14 455
Multas e penalidades	13 681	1 791
Correcções relativas a exercícios anteriores	72 214	86 541
Outros custos e perdas extraordinárias	18 219	113 202
	<u>228 091</u>	<u>277 746</u>
Resultados extraordinários	<u>(196 885)</u>	<u>1 031 548</u>
Proveitos e ganhos:		
Recuperação de dívidas	227	—
Ganhos em existências	—	10 819
Ganhos em imobilizações (nota n.º 27)	16 362	109 312
Redução de amortizações e provisões	—	600 593
Correcções relativas a exercícios anteriores	4 704	64 988
Outros proveitos e ganhos extraordinários	9 913	523 583
	<u>31 206</u>	<u>1 309 294</u>

46 — Movimento ocorrido nas provisões:

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2001 realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

	Saldo inicial	Aumento	Utilização	Saldo final
Provisões para clientes de cobrança duvidosa	228 308	—	—	228 308
Provisões para outros devedores	163 454	—	—	163 454
	<u>391 762</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>391 762</u>

47 — Locação financeira:

Em 31 de Dezembro de 2001, o Grupo mantinha responsabilidades, como locatária, relativas a rendas não vencidas, no montante de 8 192 501 euros, registadas na rubrica de fornecedores de imobilizado. Aquelas rendas vencem-se nos próximos exercícios como segue:

	Curto prazo	Médio prazo
2002	873 130	—
2003	—	749 104
2004	—	575 070
> 2005	—	5 995 198
	<u>873 130</u>	<u>7 319 372</u>

50 — Empresas do Grupo:

Em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, a rubrica de investimentos financeiros — Empresas do grupo tem a seguinte composição:

Investimentos	2001	2000
Da E-Tempus SGPS — Soc. Gestora de Participações Sociais, S. A., na Comptris — Companhia Portuguesa de Capital de Risco, S. A.	3 819 321	3 818 682

51 — Existências à guarda de terceiros:

Em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, a empresa-mãe possuía fora das suas instalações, à guarda de terceiros, bens no valor global 220 051 euros e 219 121 euros, respectivamente.

52 — Imobilizações corpóreas:

Em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, a empresa-mãe tinha imobilizações corpóreas em poder de terceiros no montante de 2 451 816 euros e 2 256 232 euros, respectivamente.

53 — Estado e outros entes públicos:

Em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2001		2000	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	169 143	163 232	282 379	596 423
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	21	185 011	279	164 504
Imposto sobre o valor acrescentado	262 408	1 051 766	194 117	2 089 365
Contribuições para a segurança social	—	424 357	—	321 311
Outros	836	218	—	229
	432 408	1 824 583	476 776	3 171 831

54 — Outros devedores e outros credores:

Em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2001		2000	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
Contas a receber de clientes — <i>factoring</i>	—	—	3 483 460	—
Adiantamentos — <i>factoring</i>	—	—	—	3 413 079
Outros devedores e credores	2 614 970	442 555	1 559 118	675 744
	2 614 970	442 555	5 042 577	4 088 823

55 — Movimento das contas de capital próprio:

Estas contas tiveram os seguintes movimentos durante o exercício:

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transfe-rências	Saldo final
Capital	7 481 968	—	—	18 032	7 500 000
Acções próprias	—	—	—	—	—
Valor nominal	(55 322)	—	11 617	—	(66 939)
Prémios e descontos	(207 133)	—	11 866	—	(218 999)
Diferenças de consolidação	(877 517)	—	9 072	—	(886 589)
Ajustam. de partes de capital em associadas	(210 938)	—	—	(210 938)	—
Reservas de reavaliação	139 584	—	—	—	139 584
Reserva legal	1 139 753	—	—	(a) 29 928	1 169 681
Reservas livres	9 230 085	—	—	(18 032)	9 212 054
Resultados transitados	(2 402 849)	(c) 33	—	(a) 145 030	(2 257 787)
Resultado consolidado líquido do exercício	549 056	(b) 81 228	—	(a) (549 056)	81 228
	14 786 687	81 261	32 555	(374 098)	14 461 296

(a) Aplicação dos resultados do exercício de 2000, tendo o montante de distribuição aos accionistas da Compta — Equipamentos e Serviços de Informática, S. A., conforme deliberação da respectiva assembleia geral, ascendido a 374 098 euros.

(b) Resultados líquidos consolidados do exercício de 2001.

(c) Referente aos ajustamentos resultantes das alterações das participações nas subsidiárias.

Reservas de reavaliação: esta rubrica resulta da reavaliação do imobilizado corpóreo efectuada nos termos da legislação aplicável (nota n.º 41). De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas

seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos accionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos do capital da empresa-mãe.

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, a empresa-mãe é obrigada a transferir para a rubrica de reserva legal, no mínimo 5% do resultado líquido anual até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa-mãe, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Diferenças de consolidação: A diminuição verificada nesta rubrica, no montante de 9072 euros, resulta do aumento da participação directa no capital da RH mais por parte da E-Tempus, SGPS e da aquisição da participação no capital da Vallstein por parte da E-Tempus, SGPS.

56 — Acréscimos e diferimentos:

Em 31 de Dezembro de 2001, esta rubrica tem a seguinte composição:

Acréscimos de proveitos:

Contratos de suporte técnico	101 650
Juros a receber	33
Outros acréscimos de proveitos	556 200
	<u>657 882</u>

Custos diferidos:

Projectos em curso	893 344
Publicidade e formação	349 751
Contratos de suporte técnico	656 081
Seguros	114 312
Rendas antecipadas	67 935
Obras em instalações	5 955
Outros custos diferidos	2 484 721
	<u>4 572 100</u>

Acréscimos de custos:

Férias e subsídio de férias	1 111 824
Juros a liquidar	100 206
Outros acréscimos de custos	47 192
	<u>1 259 221</u>

Proveitos diferidos:

Contratos de suporte técnico	124 699
Projectos em curso	183 825
	<u>308 524</u>

57 — Caixa e equivalentes:

Em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2001	2000
Numerário	30 812	29 230
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	2 369 881	2 358 626
	<u>2 400 694</u>	<u>2 387 855</u>

58 — Impostos:

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (para os exercícios de 1998 e seguintes) ou cinco anos (para os exercícios até 1997). Deste modo, as declarações fiscais do Grupo dos anos de 1997 a 2001 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. A segurança social pode ser revista durante 10 anos.

A administração da empresa-mãe entende que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2001 e 2000.

De acordo com a legislação fiscal vigente, os ganhos ou perdas registados por via da aplicação do método da equivalência patrimonial não são relevantes para efeitos fiscais, mantendo-se a tributação dos dividendos quando distribuídos. Adicionalmente, no apuramento da estimativa de IRC a pagar pela E-Tempus, SGPS, no ano de 1999

(uma empresa participada a 100% e registada pelo método da equivalência patrimonial), por se ter aproveitado o benefício constante das leis tributárias em vigor, designadamente no que se refere ao reinvestimento dos valores de realização de investimentos financeiros cuja alienação deu origem a mais-valias fiscais, não foram incluídos no cálculo da matéria colectável mais-valias fiscais de aproximadamente, 3 408 000 euros, uma vez que é intenção do conselho de administração da empresa proceder ao reinvestimento do respectivo valor de venda no prazo legalmente estabelecido.

A empresa não regista impostos diferidos resultantes de diferenças temporais entre o momento em que os custos e proveitos são reconhecidos contabilisticamente e o momento em que são reconhecidos para efeito de apuramento da matéria colectável em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), bem como os resultantes de prejuízos fiscais reportáveis, por esta não ser uma prática contabilística geralmente seguida em Portugal.

O Conselho de Administração: *Vitor José Magalhães Assunção*, presidente — *José Eugénio Soares Vinagre*, administrador — *Afonso Júlio de Lemos Chaby Rosa*, administrador-delegado — *Ana Mafalda Bussaco Pereira de Magalhães Assunção*, administradora — *João Arnaldo Rodrigues de Sousa*, administrador — *Pedro José Bussaco Pereira Magalhães Assunção*, administrador — *António Fernando Couto dos Santos*, administrador.

Certificação legal e relatório de auditoria das contas consolidadas

1 — *Introdução*. — Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre a informação financeira contida no relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 2001, da COMPTA — Equipamento e Serviços de Informática, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2001, (que evidencia um total de 59 775 668 euros e um total de capital próprio positivo de 14 461 296 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 81 228 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade da administração:

a) A preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados;

b) A informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;

c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;

d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;

e) A informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados;

f) A informação financeira prospectiva, que seja elaborada e apresentada com base em pressupostos e critérios adequados e coerentes e suportada por um sistema de informação apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

4 — *Âmbito*. — Excepto quanto à limitação descrita no ponto 7.3 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas cons-

tantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela administração (ou órgão equivalente) utilizadas na sua preparação;

A verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio de continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras;

A apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 — O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Reservas:*

7.1 — Uma das empresas incluídas na consolidação registou, no exercício de 1998, um acréscimo de proveitos de 499 000 euros relativos a 50% da margem de lucro de um negócio que se previa vir a concretizar-se em 1999, o que não aconteceu. O correspondente efeito nos capitais próprios consolidados ascende a 399 000 euros;

7.2 — A provisão para cobranças duvidosas constituída pelas diversas empresas do grupo afigura-se nos insuficiente em aproximadamente 1 505 000 euros;

7.3 — É procedimento habitual de algumas do Grupo capitalizar em imobilizações incorpóreas e custos diferidos, determinados custos com publicidade, formação, projectos de desenvolvimento e outros. Não nos foi possível quantificar o efeito daquele procedimento nas demonstrações financeiras consolidadas.

8 — *Opinião.* — Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos das situações acima referidas, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da COMPTA — Equipamento e Serviços de Informática, S. A., em 31 de Dezembro de 2001, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

9 — *Ênfase.* — Sem afectar a opinião anteriormente expressa, chamámos a atenção para o seguinte:

9.1 — Conforme se refere no relatório de gestão, a empresa diferiu custos no montante de 2 239 603 euros relacionados com a reorganização e redefinição da estratégia da empresa, cujos benefícios só se repercutirão nos próximos exercícios;

9.2 — Os capitais próprios das empresas, COMPTRADING — Companhia de Comércio e Serviços, S. A. e S3 — Sistemas, Software e Serviços, S. A., incluídas na consolidação se encontram negativos, o que pode por em risco a sua continuidade.

Tendo perdido mais de metade do capital, qualquer accionista ou credor pode accionar os mecanismos previstos no n.º 3 do artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

Segundo fomos informados, os conselhos de administração desta empresas irão propor medidas com o objectivo de sanar esta situação.

Lisboa, 10 de Maio de 2002. — Moreira, Valente & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *José de Oliveira Moreira*.

Relatório do conselho fiscal

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 508.º-D, do Código das Sociedades Comerciais, foram-nos apresentadas para exame as contas consolidadas do exercício de 2001 da COMPTA — Equipamentos e Serviços de Informática, S. A., que compreendem o balanço consolidado, a demonstração de resultados e o anexo a estas duas peças contabilísticas, bem como o respectivo relatório consolidado de gestão.

Procedemos à apreciação dos citados documentos, juntamente com a correspondente certificação legal das contas que aqui se dá por reproduzida e com a qual concordámos.

Por unanimidade, foi deliberado emitir relatório e propor que as contas consolidadas e o relatório consolidado de gestão do exercício de 2001 sejam aprovados pela assembleia geral a que alude o artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais.

10 de Maio de 2002. — O Conselho Fiscal: *António José Caeiro Motta Veiga*, presidente — *José Manuel de Azevedo Vaz Pinto* — Moreira, Valente & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *José de Oliveira Moreira*.

Extracto da acta n.º 35 da aprovação das contas individuais e consolidadas do exercício de 2001, em 29 de Maio de 2002

Dispensada pela assembleia a leitura do relatório de gestão e das contas do exercício e documentos anexos por já serem do conhecimento dos accionistas, o presidente, entrando no primeiro ponto da ordem dos trabalhos, submeteu aqueles documentos conjuntamente com o relatório e parecer do conselho fiscal e do revisor oficial de contas à discussão.

De imediato se entrou no segundo ponto da ordem dos trabalhos e igualmente foi submetido à assembleia para discussão e aprovação o relatório consolidado de gestão, o balanço e demais contas consolidadas do exercício, bem como o relatório e parecer do conselho fiscal e do revisor oficial de contas.

Dado já terem sido apresentadas e explicadas as contas consolidadas e como mais ninguém pretendeu usar da palavra, o presidente da mesa da assembleia geral, colocou os documentos à votação, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade.

Entrou-se depois no terceiro ponto da ordem dos trabalhos, deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados, que veio, sem discussão a ser aprovado por unanimidade, pelo que o resultado líquido do exercício terá a seguinte aplicação (em euros):

Reserva legal	4 500,00
Resultados transitados	76 728,15
	<hr/>
	81 228,15

(Sem assinaturas.)

Acta n.º 35 da assembleia geral anual

Aos 29 dias do mês de Maio de 2002, pelas 11 horas, na sede social na Avenida Fontes Pereira de Melo, 14, 11.º, em Lisboa, reuniu a assembleia geral anual da Compta — Equipamentos e Serviços de Informática, S. A., sociedade anónima com o capital de 7 500 000 euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 44 553, cartão de identificação de pessoa colectiva n.º 500069891, estando presentes ou representados accionistas detentores de 1 027 792 acções equivalendo a 68,52% do capital social, bem como todos os membros do conselho de administração e do conselho fiscal, conforme melhor consta da lista de presenças que ficará a fazer parte do processo desta assembleia.

Por ausência do presidente da mesa da assembleia geral, assumiu a presidência o vice-presidente da mesa da assembleia geral, Dr. Luís Frederico Redondo Lopes, secretariado pelo secretário da assembleia geral, Dr.ª Cláudia Raquel Dengucho.

Aberta a sessão, o presidente, depois de conferir a lista de presenças, disse encontrar-se a assembleia reunida nos termos legais, pelo que a considera legalmente constituída e em condições de validamente deliberar sobre os assuntos constantes da ordem do dia, tendo lido de seguida a respectiva convocatória, com o seguinte teor:

Convoco os accionistas para reunirem na sede social na Avenida Fontes Pereira de Melo, 14, 11.º, no dia 29 de Maio do corrente ano, pelas 11 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 — Discutir e deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício de 2001 e os relatórios do conselho fiscal e do revisor oficial de contas e respectivos pareceres;

2 — Discutir e deliberar sobre o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas do exercício de 2001 e os relatórios do conselho fiscal e do revisor oficial de contas e respectivos pareceres;

3 — Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;

4 — Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;

5 — Deliberar sobre uma proposta apresentada pelo conselho de administração nos termos e para os efeitos dos artigos 319.º e 320.º do Código das Sociedades Comerciais.

6 — Eleger os membros dos órgãos sociais para o período de 2002 a 2005.

7 — Deliberar sobre uma proposta apresentada pelo conselho de administração para aumento do capital de 7 500 000 para 15 000 000 de euros, por incorporação de reservas.

8 — Deliberar sobre alteração aos artigos 5.º, 7.º, 11.º, 23.º e 25.º, do contrato da sociedade, segundo propostas do conselho de administração e, sendo caso disso, sobre o que se tornar necessário à sua concretização

9 — Discutir e deliberar sobre outros assuntos de interesse para a sociedade.

Durante os 15 dias anteriores à data da assembleia serão facultados à consulta dos accionistas, na sede social, os elementos de informação preparatória previstos na lei.

Requisitos para participação e exercício do direito de voto:

Só podem assistir e participar na assembleia, além dos membros dos corpos sociais e do representante comum dos obrigacionistas, os accionistas que possuam o mínimo de 100 acções, quantidade a que corresponde um voto, e que, até ao oitavo dia útil anterior à data da reunião, possuam acções averbadas ou registadas em seu nome ou depositadas na sociedade ou numa instituição competente para o efeito e este comunique tal depósito à sociedade dentro do aludido prazo com a indicação de que ficam cativas até ao encerramento da assembleia;

Um accionista só pode fazer-se representar em assembleia geral por cônjuge, ascendente ou descendente, por um membro do conselho de administração ou por outro accionista, salvo os accionistas que forem pessoas colectivas, os quais delegar a sua representação em quem entendem;

Os instrumentos de representação voluntária de accionistas, quer sejam pessoas singulares ou colectivas, deverão ser entregues ao presidente da mesa da assembleia geral até três dias úteis antes do dia da reunião;

Os accionistas podem votar por correspondência nos termos do artigo 22.º do Código dos Valores Mobiliários, processando-se o voto da seguinte forma:

O subscrito contendo as declarações de voto deve ser dirigido ao presidente da mesa da assembleia geral e entregue na sede social ou para aí enviado por carta registada com aviso de recepção;

Tal subscrito deve dar entrada na sociedade até três dias úteis antes da data da reunião;

O mesmo subscrito deve conter (1) as declarações de voto, uma para cada ponto da ordem de trabalhos, em subscrito fechado e independente com a indicação exterior do ponto da ordem de trabalhos a que se destina e (2) carta dirigida ao presidente da mesa, com a assinatura notarialmente reconhecida, manifestando a vontade de votar.

Dispensada pela assembleia a leitura do relatório de gestão e das contas do exercício e documentos anexos por já serem do conhecimento dos accionistas, o presidente, entrando no ponto um da ordem dos trabalhos, submeteu aqueles documentos conjuntamente com o relatório e parecer do conselho fiscal e do revisor oficial de contas à discussão.

Usou então da palavra o presidente do conselho de administração, o Dr. Vítor José Magalhães Assunção que numa breve introdução deu à assembleia uma perspectiva sobre o enquadramento macroeconómico da actividade da empresa, nos últimos 30 anos de actividade, tendo feito notar que, a empresa se ressentiu, e sobretudo neste último ano, da forte concorrência existente no sector, o que veio a reflectir-se nos resultados apresentados. Tal situação levou a sociedade a adoptar determinadas medidas, nomeadamente no tocante à redução dos custos, procurando equilíbrios, que se reflectiram, designadamente, na redução do pessoal e, ainda na congelação dos salários. Não obstante, e melhor esclareceu, teve a sociedade um primeiro trimestre com resultados mais positivos, para os quais concorreram as novas propostas por forma a dar resposta eficaz às necessidades dos clientes e, também, os investimentos realizados em empresas novas. Terminou a sua intervenção por dar a palavra a Afonso Júlio Chaby Rosa para que fizesse uma mais pormenorizada exposição sobre as contas individuais da sociedade, e ao Dr. João Arnaldo Rodrigues de Sousa para que apresentasse as contas consolidadas.

Terminada a intervenção do presidente do conselho de administração tomou a palavra o administrador, Afonso Júlio Chaby Rosa, que, apoiado

em meios, audiovisuais, explicou detalhadamente as contas individuais e o seu enquadramento na actividade da empresa, focando em especial a sua intervenção nos aspectos relacionados com a reorientação estratégica que teve início durante o exercício dos últimos três anos. Acabou a sua intervenção colocando-se à disposição da assembleia para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que os accionistas carecessem.

Dado mais ninguém ter pretendido usar da palavra o presidente da mesa colocou os documentos relativos ao primeiro ponto da ordem do dia à votação, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade.

De imediato se entrou no ponto dois da ordem dos trabalhos e igualmente foi submetido à assembleia para discussão e aprovação o relatório consolidado de gestão, o balanço e demais contas consolidadas do exercício, bem como o relatório e parecer do conselho fiscal e do revisor oficial de contas.

Tomou então a palavra o administrador Dr. João Arnaldo Rodrigues de Sousa que, fez uma completa exposição sobre a actividade das sociedades sujeitas à consolidação e suas perspectivas futuras, tendo dado diversas explicações quanto ao impacto que a alteração do método contabilístico introduzido em 2001 teve nas contas da sociedade, e tendo igualmente referido que foram acolhidas as recomendações feitas pelos auditores às contas do exercício anterior. Finda a intervenção colocou-se à disposição da Assembleia para prestar os esclarecimentos que fossem necessários.

Uma vez que as contas consolidadas já tinham sido apresentadas e explicadas e como mais ninguém pretendeu usar da palavra, o presidente da mesa, colocou os documentos à votação, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade.

Entrou-se depois no ponto terceiro da ordem dos trabalhos, deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados, apresentada pelo conselho de administração que veio, sem discussão, a ser aprovado por unanimidade.

Nestes termos, o resultado líquido do exercício terá a seguinte aplicação (em euros):

Reserva legal	4 500,00
Resultados transitados	76 728,15
	<hr/>
	81 228,15

Passando-se ao ponto quatro da ordem dos trabalhos, proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade, seguidamente se transcreve a proposta apresentada pela COMPTRIS, S. A. e subscrita pelos Dr. João Arnaldo Rodrigues de Sousa e Dr.ª Ana Mafalda Bussaco Pererira de Magalhães Assunção, do teor seguinte:

«Considerando:

1 — Os elementos constantes do relatório, balanço e contas do exercício de 2001 e a forma clara e correcta da sua apresentação, bem como os termos e conclusões do parecer do conselho fiscal;

2 — A actividade desenvolvida pelos órgãos da administração e fiscalização da sociedade durante o exercício anterior, tal como se verifica através dos dados colocados à vossa disposição e das informações obtidas,

propomos, que nos termos e para os efeitos da alínea c) do n.º 1 do artigo 376.º e do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, a assembleia manifeste e fique exarado na acta desta assembleia o seu apreço pelo modo como foram realizadas a administração e fiscalização da sociedade durante o ano de 2001 e, conseqüentemente, seja deliberado um voto de confiança nos órgãos da administração e da fiscalização bem como nos respectivos membros.»

Tendo sido admitida a proposta foi, sem discussão, aprovada por unanimidade.

Entrando-se no ponto cinco da ordem dos trabalhos, deliberar sobre uma proposta apresentada pelo conselho de administração nos termos e para os efeitos dos artigos 319.º e 320.º do Código das Sociedades Comerciais, que seguidamente se transcreve:

«Considerando o eventual interesse dos accionistas em a sociedade poder, dentro, dos limites legais, adquirir e alienar acções próprias assim contribuindo não só para uma estabilização da sua cotação mas também para evitar ou atenuar efeitos especulativos propõe-se que nos termos do disposto nos artigos 319.º e 320.º do Código das Sociedades Comerciais se autorize o conselho de administração a, em prazo não excedente a 18 meses a contar da data da deliberação da assembleia geral que recair sobre a presente proposta, adquirir ou alienar acções

próprias, até ao máximo de 10% do número total de acções emitidas, desde que tais operações sejam efectuadas através das bolsas de valores, de instituições devidamente autorizadas ao seu registo ou, ainda, nos moldes preceituados na alínea *a*) do artigo 128.º do Código do IRS e desde que, nos dois últimos casos, os valores das operações não se afastem mais de 10% da cotação verificada nas bolsas na data das referidas operações.»

Tendo sido admitida a proposta e uma vez que ninguém pretendeu usar a palavra, foi esta aprovada por unanimidade.

Entrando-se no ponto seis da ordem dos trabalhos, eleger os membros dos órgãos sociais para o período de 2002 a 2005, aqui se transcreve a lista dos órgãos sociais proposta a votação:

Mesa da assembleia geral:

Presidente: Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete.
Vice-presidente: Luís Frederico Redondo Lopes.
Secretário: António Manuel Lopes Chaves.
Secretária da sociedade: Cláudia Raquel de Amaral e Costa Dengucho.
Suplente: Maria de Fátima Pereira Lopes.

Conselho de administração:

Presidente: Vítor José Magalhães Assunção.
Administradores:

José Eugénio Soares Vinagre.
Afonso Júlio de Lemos Chaby Rosa.
Ana Mafalda Bussaco Pereira de Magalhães Assunção.
João Arnaldo Rodrigues de Sousa.
Pedro José Bussaco Pereira de Magalhães Assunção.
António Fernando Couto dos Santos.

Conselho fiscal:

António José Caeiro da Motta Veiga.
José Manuel de Azeredo Vaz Pinto.
José Oliveira Moreira, em representação de Moreira, Valente & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.
Suplente: Carlos de Jesus Pinto Carvalho.

Comissão de vencimentos:

Jorge Pedro da Costa Garcia.
Fernando João Rodrigues Moraes.
Hélder José Mendonça Braz

Posta a votação, veio a ser aprovada por unanimidade.

Entrando no ponto sete da ordem dos trabalhos, deliberar sobre uma proposta apresentada pelo conselho de administração para o aumento do capital, de 7 500 000 euros para 15 000 000 de euros, por incorporação de reservasse posta que foi a votação, veio a mesma a ser aprovada por unanimidade.

Entrando no ponto oito da ordem de trabalhos, deliberar sobre a alteração aos artigos 5.º, 7.º, 11.º, 23.º e 25.º, do contrato de sociedade, segundo propostas do conselho de administração e, sendo caso disso, sobre o que se tornar necessário à sua concretização, e depois de lidas as alterações, foram as mesmas, e individualmente, postas a votação, tendo sido aprovadas por unanimidade.

Consequentemente, os artigos supra referidos do contrato de sociedade passarão a ter a seguinte redacção:

Artigo 5.º

O capital é de 15 000 000 de euros, está integralmente realizado e divide-se em 3 000 000 de acções do valor nominal de cinco euros cada uma.

Artigo 7.º

Pode o conselho de administração, com parecer favorável do conselho fiscal, elevar o capital por uma ou mais vezes até 50 000 000 de euros, por subscrição em dinheiro e com direito de preferência dos accionistas então existentes, salvo se a assembleia geral deliberar diferentemente nos termos legais.

Artigo 11.º

1 — A cada grupo de duzentas acções corresponde um voto.

Artigo 23.º

a)

b)

c) Um valor igual a 10% dos dividendos votados para distribuição sejam destinados ao conselho de administração e distribuídos entre os seus membros de acordo com critérios estabelecidos pela comissão de vencimentos.

Artigo 25.º

1 — Os administradores da sociedade, com idade compreendida entre os 65 anos, que tenham exercido funções durante, pelo menos, 15 anos, seguida ou interpoladamente, quando por interesse da sociedade cessem o exercício das suas funções, terão direito a receber, mensal e vitaliciamente, uma pensão igual a 90% do vencimento que auferirem à data em que cessaram o exercício do cargo.

Parágrafo único: o disposto no número anterior é aplicável nesses precisos termos, mas independentemente do motivo pelo qual venham a cessar as funções, aos administradores com mais de 65 anos de idade.

5 — A assembleia geral poderá, sob proposta do conselho de administração, atribuir, em casos excepcionais, a pensão referida, sem que se encontrem satisfeitos todos os requisitos constantes deste artigo.

Entrando-se no ponto nove da ordem de trabalhos, o presidente da mesa deu a palavra à assembleia para que esta se pronunciasse sobre outros assuntos de interesse para a sociedade.

Pediú então a palavra o Dr. José Eugénio Soares Vinagre para propor à assembleia um voto de louvor à mesa pela forma eficiente e célere como conduziu a assembleia.

Admitida a proposta veio a mesma a merecer aprovação unânime após o que o presidente da mesa, agradecendo o voto que acabara de ser aprovado, declarou a sessão encerrada pelas 12 horas e 45 minutos. Lavrando-se de seguida a presente acta que vai ser assinada pelos membros da mesa.

A Mesa da Assembleia Geral: *Luís Frederico Redondo Lopes*, presidente — *Cláudia Raquel Dengucho*, secretária. 1000282792